



Oficio nº 131/2021/PGM

Vilhena/RO, 26 de abril de 2021.

Exmº. Sr.
Ronildo Macedo
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Nesta.

Assunto: Encaminhamento de Projetos de Lei.

CAMARA MUNICIPAL DE VILHEN/ DIRETORIA LEGISLATIVA

HORA: 09:36

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que convoque os nobres Edis, para deliberação, dos Projetos de Lei abaixo relacionados:

Projeto de Lei nº 6.46 /2021, que "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 55.000,00 NO VIGENTE ORÇAMENTO-PROGRAMA."

Projeto de Lei nº 1/2021, que "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 114.000,00 NO VIGENTE ORÇAMENTO-PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Atencios mente,

Eduardo Toshiya Tsuru PREFEITO



MUNICÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO Gabinete do Prefeito



Projeto de Lei nº 6. 114 /2021

Mensagem

Senhor Presidente,

Muito nos honra submeter ao exame dessa Egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei que trata sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no vigente orçamento-programa do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, no valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

A solicitação em pauta visa atender as necessidades do SAAE, conforme Decreto nº 52.170/2021 e a Lei nº 5.492/2021, cujo objeto é a desapropriação amigável ou judicial de dois imóveis para a realização da obra de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, considerando a necessidade de regularização patrimonial e do serviço de topografia, sendo o levantamento planialtimétrico que define os pontos estratégicos para implantação das estações elevatórias. As aquisições visam a realização da obra de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vilhena – 1ª Etapa, através do Termo de Convênio de nº 424.548-73/2014/MDE/CAIXA e Termo Aditivo de Prazo.

Ao exposto e na certeza de contar com o apoio de Vossa Excelência e Nobres Edis na aprovação dessa propositura, aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Vilhena (RO), 26 de abril de 2021.

Eduardo Toshiya Tsuru PREFEITO



MUNICÍPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO Gabinete do Prefeito



PROJETO DE LEI №

6.114 /2021

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 114.000,00 NO VIGENTE ORÇAMENTO-PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a abrir, no vigente Orçamento-Programa, um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), necessário para a seguinte dotação:

Órgão: 15000 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos
Unidade Orçamentária: 15001 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos
1751200701.073 – Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vilhena –
1ª Etapa
4490.61.00.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 114.000,00

- Art. 2º Será utilizado o recurso proveniente do Governo Federal/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, de acordo com o Termo de Compromisso nº 424.548-73/2014 e Termo Aditivo de prazo, para dar cobertura ao Crédito.
- Art. 3º Inclui o Elemento de Despesa "Aquisição de Imóveis" na Ação "Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vilhena 1ª Etapa" no Programa "Saneamento é Saúde" do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos e nos Anexos das Leis nºs 4.793/2017 Plano Plurianual 2018/2021, 5.379/2020 Lei de Diretrizes Orçamentárias, 5.426/2020 que altera o Anexo IV da LDO, e 5.417/2020 Revisão do PPA 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal. Vilhena (RO), 26 de abril de 2021.

Eduardo Toshiya Tsuru PREFEITO



Grau de Sigilo

#PÚBLICO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N° 0424548-73/2014/MDR/CAIXA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO(A) MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE VILHENA, NA FORMA ABAIXO:

A União Federal, na qualidade de COMPROMITENTE, por intermédio do Concedente Ministério do Desenvolvimento Regional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, representada pela Caixa Econômica Federal (CEF), instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19/01/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasilia-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, e MUNICÍPIO DE VILHENA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.092.706/0001-81, na qualidade de COMPROMISSÁRIO no Termo de Compromisso nº 0424548-73/2014/MDR/CAIXA, representados neste ato pelos abaixo assinados, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo a alteração do item nº 16 da Cláusula DÉCIMA SEXTA do Anexo ao Termo de Compromisso nº 0424548-73/2014/MDR/CAIXA, de 03/10/2014, realizado segundo os termos do Programa Saneamento Básico do Ministério do Desenvolvimento Regional, que passa(m) a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16 - A vigência deste Termo de Compromisso iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrandose no dia **26 de Junho de 2022**, possibilitada a sua prorrogação, mediante aprovação da COMPROMITENTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Anexo ao Termo de Compromisso ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

27.016 v026 micro



Termo Aditivo



E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Porto Velho Local/data		, 22 de <u>Janeiro</u> de 2020
Assinatura, COMPROM Nome: ANA CPF: 267.37	DENISE COIMBRA DOS SANTOS	Assinatura do COMPROMISSÁRIO Nome: EDUARDO TOSHIYA TSURU CPF: 147.500.038-32
Nome: CPF:	ANA DENISE COMBRA DOS SANTOS Gerente de Filiel Matr. 071.800-0 GIGOV/PV CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Maciel Albino Wobe to Nome: Director Geral CPF: 5890. 6 43-658/2018/SAAE
	NESSANDRAFRERE MELGAR ROCHA CPF: 736.648.472-53	Director de Brojetos Portaria nº 826/2018/SAAE CPF 507779207-73

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO

EXTRATOS DE TERMOS AD TIVOS

Número do Contrato: 15/2013. Nº Processo: 35078000577201234. DISPENSA Nº 9/2013 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL EPF Contratado: 25407449315. Contratado: ROSINA MENDES DE PINHO Objeto: Supressão contratual. Fundamento Legal: Lei 8666. Vigência: 13/01/2020 a 31/12/2020. Valor Total R\$186.137,64, Fonte: 256570202 - 2020NE800001. Data de Assinatura: 13/01/2020

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM SÃO LUIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 511270

(SICON - 22/01/2020)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 9/2019 - UASG 511270

Número do Contrato: 55/2011.
Nº Processo: 35078000497201037.
DISPENSA Nº \$/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL CNPI Contratado: 11509392000135. Contratado BONANZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LIDA Objeto: Prorrogação e supressão contratual. Fundamento Legal: Les 8566. Vigência: 30/12/2019 a 30/12/2010. Valor Total R5842 678,64. Fonte 151000000 - 2019NE800310. Data de Assinatura: 30/12/2019.

(SICON - 32/01/2020)

SUPERINTENDÊNCIA-REGIONAL SUDESTE I EM SÃO PAULO GERÊNCIA EXECUTIVA - B - ARAÇATUBA SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 511350

Número do Contrato: 4/2018. Processo: 35372001079201537. DISPENSA № 5/2015 Contratante: INSTITUTO: NACIONAL DO SEGURO: SOCIAL CNP: Contratado: 33050156000138. Contratado: COMPANHA PAULISTA DE FORCA E LUZ-Objeto: Regularisação do contrato de fornecimento de energia eletrica para GEX Aractuba e unidades subordinadas. Fundamento Legal: Art 24, inciso XXII de Lei 8566/93. Vigência 01/01/2017 a 31/12/2019. Data de Assinatura: 01/01/2017.

(SICON - 22/01/2020)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE GERÊNCIA EXECUTIVA - A - NO RIO DE JANEIRO - NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2020 - UASG 512074

Processo: 37367000619201993 PREGÃO SRP Nº 1/2019. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL CNP: Contratado: 32404978000105. Contratado: C.A. VIECELU - ERELI - Objeto Aguisção de material de consumo para atender as necessidades da Gerência Executiva Rio de Janeiro Norte INSS e demais unidades vinculadas. Fundamento Legal: Lei 8.60/93 e 10.5/20/22. Vigência: 06/01/2020 a 06/01/2021. Valor Total: RS454.50. Fonte: 151000000 - 2019NE800237. Data de Assinatura: 06/01/2020.

(SICON - 22/01/2020)

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - OURO PRETO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 511851

Número do Contrato: 29/2016. Processo: 35140000018201586. DISPENSA Nº 6/2016. Contratante: INSTITUTO: NACIONAL DO SEGURO: SOCIAL CPF Contratado: 1988/8/15499. Contratado: SILVANA BARROS DUARTE PEREIRA - Objeto: Prorrigação da vigência do contrato por mais um periodo de 36 meses e alteração da composição dos credos de 30 meses e alteração da composição dos credos de aluguel mensal será de 85 9.784,83 de apordo com os empenhos: 2019NE800396 e 2019NE800397 - NO: 339036 - Fonte: 0151000000 e Plano Interno: LOCIMOV. Fundamento Legal: US 8.666/93. Vigência: 13/12/2019 a 13/12/2022. Data de Assinature: 12/12/2019.

SUPERINTENDÈNCIA REGIONAL SUL EM FLORIANOPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2019 - UASG S10181

Processo: 3565600513201817 PREGÃO SRP Nº 12/2018. Contratante: INSTITUTO. NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPI Contratedo: 12537220000158. Contratante: INSTITUTO. NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPI Contratedo: 12537220000158. Contratado: NETZ TECNOLOGIA DA INFORMACAO LITIA Objeto: Aquisição de Scanner para a Superintendência Regional Sul, Fundamiento Legal: Lei 8666/93; Lei 10520/2002. Vigencia: 22/11/2019 a 22/11/2010 Valor Total: RS8-978,80 Fente: 151000000 - 2019NE800147. Data de Assinature: 22/11/2019.

(SICON - 22/01/2020) \$10181-57202-2020NE800000

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2020 - UASG 173039

Processo: 15414631830201915; PREGÃO SRP Nº 3/2019; Contratante: SUPERINTENDENCIÁ DE SEGUROS-PRIVADOS CNPI Contratado: 05457572000118; Contratado: GD - GESTAD & DESENVOLVIMENTO -EMPRESARIAL LTDA. Objeto: Contratação de serviços de apoio à gestão estratégica, Fundamento Legal: lei 8666/93; Vigência: 15/01/2020 à 15/07/2021; Valor Total: R\$105.398.00. Fonte: 280173039 - 2020NE800022; Data de Assinatura: 16/01/2020.

(SICON - 22/01/2020) 173039-17203-2019NE800002

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2019 - BNDES

CRIETO: Contratação de serviços relativos à estruturação e implementação da desexiatização da CASA DA MOEDA DO BRASIL (CMB), conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica aos Licitantes que o certame em referência, com Aniso de Licitação publicado no DOU do dia 08/11/2019, secão 3, osgina 55, foi homologado pelos 5/. Superintendente Substituto da Area de Suporte ao Negocio, tendo sido adquicidad seu objeto ao Licitante INVESTOR CONSULTING PARTHERS CONSULTORIA LIDA., para o item 1, "SERVIÇO A", pelo valor de 85 62.20.00 (sessenta e otto mil, discretos e quarente reasi), eva consocio iderado pela TALIL E CHECUER ADVOGADOS, e integrado também pelos sociedades BARER TILLY BIASIL GO AUDITORIAS INDEPENDENTES S5 e 65 PARTHERS CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LIDA, para o item 2, "SERVIÇO 8", pelo valor de 85 2.700.000.00 (dois milhões e sebecentos reals).

Rio de Isnoro-Ri, 27 de janeiro de 2020 LIVIA MADEIRA DE MENEZES Gerente da Gerência de Licitoções 1

				11
\$1000 ATO			3900	100 (848) 100
and . " b	B ACOM	ext extraction	2 ** (\$2,000 *) 1 *** (\$12,000 *) 1.803.50	14 4 3 1 XX
J-781 J	,M.	PM: 1145/81/55*	ter remarkable.	
#62°0'#	Mak	MV Lense habet SP	_ 2:189.53 1 :04 ::::::::::::::::::::::::::::::::::	Lancas 31 (1) 2029
X 93 6 9	36C	by was sell	Francisco Section 15	1 Fat (a) 12 Th (228)
7886 1711	······································	\$14 SANTS LO2754	Balling de Co.	Karjan (; 17, 2018
1021114 1/1027	VOK T	Novemb ac 8 ft	1 VII (03)	******* 21.01.3024
C8 6197 #74 (34/2004)	NOS	MA FETS TO SEEDT AND	THE INSTITUTE OF	1. san → 17:31/2018
distributed	RIGH	PNUT AN	SA FERRI	1 4-34 at 31 01 X 10
######################################	SCHOMANALL .	200 Seria Ferra SP	16-4 4-01-46 (2004) 201-20	
Print to Operation	w	Me the line of	ters contrap (457:74)	1 Aug 1 1 1 1 1 1 2 2 2
125425\$ (6/2018	MACHE	PAR LATTE IN	Time units	F Address 21 (01) 25 (0)
AND PLANTS	Mali	Section at this	1122524 112 Patrice	Name 15 Gr. 2070
	000 ce := 1		6/01/5/20	
ANSTOLA	A104	in ma roco denias es	en meent 1822.00 . en meent 12 / 2000	
9519 \$11 10 NC	No.	PSF Nature/SA	fine spenie	1 6 do eq. 15 11/25 14
*10*4:01	w	FUADS MUNICIPAL DI SAUCI SI PARMITER	(1/0% HOST)	FAAGA 15/12/2014
321863 49/0	MSI	PM (TEXT SEE BEING)	814 *** *****	1 Add of 16-91 2009
68(1)/(1)	NO	ev stp rose to		1 6364 and \$110 / 750 28
896/34/18	ksjá	Mar para Francisco ANI.	in issue	1 Aug 40 2 (20) (2028
Printers State	\$ATUR	Bein top a peter US		Termor de Contaendaghia
			The last do terms the reletade de	IDEL HAT
.3949711	•	PM tema from 40	# # ######	1.400 m \$ 01.70 M
656):35/18	K404	me tangena etc	** ***** *	Annual STAN
######################################	bhart.	Mr. Sha (forega/M)	MAN.	1 (45 e) 1707 f
MOTUM.	10474	MAS BUILTE/12	ne serves	1 48596 20-003/80 3 0
discret.	······································	Remisse by Mario	26 CLS.	1 Karranit (DIR)JAD
1911/1917	MER	PM São Sessalia in	NA STORE	5 Admini 2 (de) (2006)
DOMESTICAL	3.508	Her Services (O)	## CMCOM	1 641= 2:101200
German's	MUR	IN NOTES.	845 DE 45	1.555-6770-020
14/44/11	sh	Secretar e 3º levide #0 Litado de Beter	11,7545a. 	1 Notes 2, 11 (100)
ACREAN (1994)	Mod	Estado de Rosados	era magentus	Terror Jerson
Proff is	1/91/0	THE Power Cate/95	H.P. SAN	1 Address 20-511-20 at
440614	ec.	PER Stagmant IVE	TE SHIPE	1 Barrow 2 (201) (1000)
#0#861 3003#	sense com	NO THE HOLDEN THE	1900	Addison 22 fill (MR)
40.000	168	PHF makes Farescount/PR	2002/888	re iziysylade
Medit the	H08	ru ta engle	- minera 6	Lineryes 25/011/098
(3 608-367518	66(G664)	Physicians CONSULVER	100 ELN	Fe 410 L 408
*D*11/2011	w:	Mercod M	fam ingeneral same	
M 46/2/2017	WC	Municipal de la company de la	fate ognise bere 1012/000	
*1.5 (200)	14.30	Moneyou or habitore top (income)	1006/389	
spina rahi		PM AT #4/10		1 Admin 23/01/2020
\$1583371 4	VOI	PU (1850sunoyar	Sec. Spritting	1 Annual 1/701 (020
ati Nella	una 	FUNDO MINERAL DE	The opening of the state of the	Annual (2.01/1008
0180 86 95 77 P PA 5 F	us us	MAKE REPORTED		4 years 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1
E-14914		PAY Tay Set Andre the Re-	2.600.300	1.0000000000000000000000000000000000000
(A17.49.111/4/9)(61.14	3534			- Hea SSI/ADD
DOLLAR STATE OFFICE	Mile.	Months &	2/14/2020 Part (14/2020	1 Austrea 27/11/16/3
400000	A/36	est Spread Pl		1 ==0.00, 171/009
			011 in 121 688.24 +	
He was	×24	. SCHEHMOR .	SEL WORL AUXS	
				LAND

35





ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE VILHENA Procuradoria Geral do Município

DECRETO № 52.170, DE 30 DE MARÇO DE 2021

PROMOVE A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DO IMÓVEL URBANO QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe que lhe confere o art. 96, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a desapropriação amigável ou judicial do imóvel identificado como Chácara 08-E (oito "e"), do Setor 37 (trinta e sete), localizado na cidade de Vilhena - RO:

CONSIDERANDO a necessidade de regularização patrimonial e realização das obras do Projeto de Implantação do sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Vilhena, em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, 1ª Etapa, conforme Termo de Compromisso nº 424.548-73/2014-MDR-CAIXA;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 015/2021/DJ-CVMV, oriundo do Processo Legislativo nº 188/2020; e

CONSIDERANDO o contido no processo administrativo nº 042/2019/SAAE.

DECRETA:

Art. 1º Fica promovida a desapropriação amigável ou judicial do imóvel identificado como Chácara 08-E (oito "e"), do Setor 37 (trinta e sete), localizado na cidade de Vilhena - RO, com as seguintes características, limites e confrontações: área de 0,0600 ha (seis ares), perímetro: 100,00 metros, acesso: Rua Encarnação M. Carvalho (103), Descrição do Perímetro: Marcos M04I/M04L, com azimute verdadeiro de 194º29'49", comprimento 20,00 m, confrontando-se a LESTE (frente): com a Rua Encarnação M. Carvalho (103); M04L/M04K, com azimute verdadeiro de 284º29'49", comprimento de 30,00

/y

as I

m, confrontando-se a SUL (direita); com parte da Chácara 08R1A-R, Setor 01; M04K/M04J, com azimute verdadeiro de 14°29'49", comprimento de 20,00 m, confrontando-se a OESTE (fundo): com parte da Chácara 08R1A-R, Setor 01; M04J/M04I, com azimute verdadeiro de 104°29'49". Comprimento de 30,00 m, confrontando-se ao NORTE (esquerda): com parte da Chácara 08R1A-R, Setor 01; com matrícula nº 52.012, de 23/12/2020, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Vilhena/RO, de propriedade da Associação dos Moradores do Bairro Ipanema.

Art. 2º A desapropriação fica estipulada no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), de acordo com declaração de concordância do proprietário e em conformidade com a avaliação realizada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º O imóvel objeto da desapropriação de que trata este Decreto destina-se ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena, em caráter de utilização definitivo, para a Implantação do sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Vilhena, em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, 1ª Etapa, conforme Termo de Compromisso nº 424.548-73/2014-MDR-CAIXA.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Vilhena (RO), 30 de março de 2021.

shiva Tsuru PREFEITO MUNICIPAL

rmino PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

DIRETOR GERAL - SAAE



ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE VILHENA Procuradoria Geral do Município

Proc.203/2018 Folina._196

Proces 106/21

LEI № 5.492, DE 8 DE ABRIL DE 2021

CERTIFICO a publicação da presente
LEI no Diário Oficial de Vilhena
DOV nº 32 09, em 13 104 121
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial de parte do imóvel Chácara 143 (cento e quarenta e três), a ser identificado como Chácara 143-A (cento e quarenta e três "a"), do Setor D ("d"), medindo 20x30m, localizado na cidade de Vilhena - Estado de Rondônia, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 0,06 ha (seiscentos hectares). Perímetro: 100 m (cem metros). Acesso: com a Rua A. Descrição do Perímetro: Marco M-03/M-03A, segue com azimute verdadeiro de 195º01'34", comprimento de 20 m, confrontando-se a leste (frente): com a Rua A; Marco M-03A/M-03C, segue-se com azimute verdadeiro de 104º33'32", comprimento de 30 m, confrontando-se ao norte (esquerdo): com parte da chácara 143-R; Marco M-03C/M-03B, segue com azimute verdadeiro de 195°01'34", comprimento 20 m, confrontando-se ao oeste (fundo): com parte chácara 143-R; Marco M-03C/M-03B, segue-se com azimute verdadeiro de 104°33'32", comprimento de 30 m, confrontando-se ao sul (direita): com parte da chácara 141.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput deste artigo está devidamente matriculado integralmente sob nº 15.182, no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Vilhena/RO, de propriedade de Sidinei José Portela Campolin.

1

Distribute com CamScoros

Proc.20360/8 Folha.497

Art. 2º A desapropriação fica estipulada no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), de acordo com Laudo de Avaliação datado de 03 de dezembro de 2020.

Proc nº KOGIZÍ

Art. 3º O imóvel objeto da desapropriação de que trata esta Lei destina-se ao Município de Vilhena em caráter de utilização definitivo, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - 1º Etapa, em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, Termo de Compromisso nº 424.548-73/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme consta nos autos nº 203/2018/SAAE.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Vilhena (RO), 8 de abril de 2021.

Eduardo Toshiya Tsuru PREFEITO MUNICIPAL

Márda Hetena Firmino
PROCURADORA GERAL QO MUNICÍPIO

Maciel Albino Wobeto DIRETOR GERAL - SAAE



PREFEITURA DE VILHENA SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - DPP

Memorando nº 025/2021/DPP/SAAE

Vilhena, 23 de Abril de 2021

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS / SAAE PARA: DCOF/SAAE

Assunto: Solicitação Orçamentária

Prezado Senhor,

Vimos através do presente encaminhar informações para ser encaminhada a Câmara Municipal para aprovação referente ao Programa SANEAMENTO É SAÚDE - AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - TERRENOS - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Tal solicitação se faz necessária tendo vista em dar prosseguimento aos Processos Administrativo nº 203/2018 e 042/2019 para atender ao TC nº 424.548-73/2014/MDR para a aquisição dos Terrenos denominados Chácara 143 (Cento e quarenta e três) a ser identificado como Chácara 143-A (Cento e quarenta e três "A"), do Setor D da E.E - 4 Setor D, e Lote 8E parte da Chácara 08 E do Setor D da E.E - 5.1. Foi realizado laudo de avaliação por técnico da Caixa Econômica Federal conforme constam nas (folhas 154 a 179) do Processo de nº 203/2018, Desapropriação realizada através da Lei nº 5.492 de 08/04/21 (folhas 196 e 197), e (folhas 129 a 154) do Processo 42/2019, Desapropriação realizada através do Decreto de nº 52.170 de 30/03/2021 (folhas 182 e 183). Os terrenos foram avaliados em R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) cada, conforme laudos de avaliações realizado por técnicos da Caixa Econômica Federal supracitado.

Os recursos financeiros que serão utilizados são oriundos do repasse dos recursos do Orçamento Geral da União firmados através do Termo de Compromisso acima citado assinado em 03/10/2014, prorrogado o prazo de vigência para 26/06/2022 conforme 2º Termo Aditivo.

Atenciosamente,

MARIANE DA ROSA

Diretora do Departamento de Planejamento e Projetos/SAAE

Dec. nº 43.553/2018/SAAE





Grau de Sigilo

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 424.548-73/2014 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA

Processo nº 2627.424.548-73

Pelo Termo de Compromisso nº 424.548-73/2014/, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado, o repasse de recursos do Orçamento Geral da União a título de transferência obrigatória, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 e no Decre o nº 8227, de 22 / 04 / 2014, _ nas diretrizes operacionais estabelecidas pelo Ministério das Cidades, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais as partes, desde já, se sujeitam, na forma a sequir ajustada:

- I COMPROMITENTE: A União Federal, por Intermédio do Ministério das Cidades, na qualidade de Compromitente repassadora dos recursos, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973 de 28 de março de 2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasilia-DF inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por WILSON ALVES DE SOUZA FILHO, RG nº 354808 SSP/RO, CPF nº 099.888.822-20, residente e domiciliado em Porto Velho/RO, conforme procuração laviada em notas do 2 º Oficio de Notas e Protesto de Brasilia, no livro 2968 fis 137, em 05/ 09/2012 e substabelecimen o lavrado em notas do 2ºOficio de Notas e Registro Civil, em 27/06/2014, doravante denominada simplesmente COMPE OMITENTE.
- II COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE VILHENA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 04.092 706 / 0001 31, na qualidade de Compromissário recebedor de recursos, neste ato representado pelo respectivo Prefeito , Sr. JOSÉ LUIZ ROVER, portador do RG nº 505 485 SSP/RO e CPF nº 591 002 149-49, residente e domiciliado a Rua Carlos Sthal. 5406, Bairro Jd. Eldorado CEP 76.980-000 Vilhena/RO, doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO.
- III INTERVENIENTE EXECUTOR <u>SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE</u>, inscrito no CNPJ-MF sob o nº <u>01.933.030</u> / <u>0001 13</u>, com sede em <u>Av. Major Amarante, 2788 Centro Vilhena RO</u>, Estado de <u>Rondônia</u>, neste ato representado pelo Sr. <u>JOSAFÁ LOPES BEZERRA</u>, portador do RG nº <u>3422682 SSP/PE</u> e CPF nº <u>606.846.234-04</u>, residente e domiciliado à <u>Av. 07 (Ricardo Carlos Kollet) 1 ST004 QD-91 LT475</u>, <u>Jd Eldorado CEP 76.980-000 Vilhena/RO</u> doravante denominado INTERVENIENTE EXECUTOR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O Termo de Compromisso, ao qual este documento faz-se anexo, tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESCOTAMENTO SANITÁRIO DE VILHENA-RO 1ª ETAPA, no Município de Vilhena, no âmbito do Programa SANEAMENTO BÁSICO. Ação Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2 - O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas e o plano de aplicação dos recursos financeiros, devidamente justificados, para o periodo de vigência do Termo de Compromisso, constam do Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao Processo acima identificado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

- 3 Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Prime ra, são obrigações das partes:
- 3.1 DA COMPROMITENTE
- a) manter o acompanhamento da execução do empreendimento, bem como atestar a aquisição dos bens pelo COMPROMISSÁRIO, constantes do objeto previsto no Plano de Trabalho integrante do Termo de Compromisso;
- b) transferir ao COMPROMISSÁRIO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, observando o disposto na Cláusula Sexta deste Anexo e a disponibil dade financeira do Gestor do Programa;





CAIXA

- c) analisar as eventuais solicitações de reformulação do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho feitas pelo COMPROMISSÁRIO, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa;
- d) publicar no Diário Oficial da União o extrato do Termo de Compromisso e de suas alterações, estas nos casos que couber, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor;
- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo COMPROMISSÁRIO

3.2 - DO COMPROMISSÁRIO

- a) compatibilizar o objeto a ser executado com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- b) ter consignado no orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes do Termo de Compromisso e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do Orçamento, podendo o COMPROMISSÁRIO ser arguido pelos órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra;
- c) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso
- d) repassar ao INTERVENIENTE EXECUTOR os recursos recebidos, imediatamente após cumpridas todas as exigências para o saque, acrescidos da contrapartida devida, quando houver, para a consecução do objeto pactuado;
- e) restituir, observado o disposto na Clausula Oitava, o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
- f) prestar contas dos recursos transferidos pela União, junto à COMPROMITENTE, inclusive dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras legalmente autorizadas, com a periodicidade definida neste Instrumento;
- g) observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar, relativamente aos recursos contratados a título de contrapartida, quando houver, estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000:
- h) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Termo de Compromisso, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da COMPROMITENTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o COMPROMISSÁRIO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros;
- i) notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos;
- j) responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Termo de Compromisso previr apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade:
- k) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes da transferência efetuada pela União, bem como promover adequadamente sua manutenção;
- transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- m) apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- n) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Termo de Compromisso.

3.3 - DO INTERVENIENTE EXECUTOR

- a) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto do Termo de Compromisso, observando os critérios de qualidade técnica, normas e procedimentos de preservação ambiental - municipal, estadual ou federal, conforme o caso, os prazos e os custos previstos;
- apresentar à COMPROMITENTE relatórios de execução relativos ao objeto do Termo de Compromisso, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- apresentar relatório da utilização da contrapartida, quando houver, a cada parcela a ser liberada, a qual deverá ser realizada de acordo com o cronograma de desembolso.
- d) propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a COMPROMITENTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- e) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso, para recebimento dos recursos por intermédio do COMPROMISSÁRIO, quando necessária;
- atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15/03/2010;
- g) observar o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 5.504, de 05/08/2005, na Lei nº 12.462, de 04/08/2011 e no Decreto nº 7.581, de 11/10/2011, para a contratação de empresas para a execução do objeto deste Termo de Compromisso, bem como apresentar à COMPROMITENTE declaração firmada por representante legal do COMPROMISSÁRIO, acerca do atendimento ao disposto nas leis citadas, conforme o caso;
- h) prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;



CAIXA

 observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, nas licitações que realizar pela Lei nº 8 666/93, para a contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar a COMPROMITENTE declaração assinada pelo representante legal do COMPROMISSÁRIO atestando atendimento ao disposto no referido Decreto;

declarar ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia

mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

k) adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 18/11/2000, e 10.098, de 19/12/2000, e no Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida:

- prever nos contratos administrativos (CTEF) que tenham como objeto a supervisão, fiscalização e gerenciamento do objeto pactuado neste Termo de Compromisso, cláusula específica que permita diminuição ou supressão da remuneração contratada, nos casos ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente.
- n) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Termo de Compromisso

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4 A COMPROMITENTE transferirá ao COMPROMISSÁRIO, de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais).
- 4.1 O COMPROMISSÁRIO alocará, a título de contrapartida, o valor de R\$ 0.00 (Zero reais) de acordo com o cronograma de desembolso.
- 4.2 Os recursos transferidos pela União e os recursos do COMPROMISSÁRIO destinados à consecução do objeto pactuado, figurarão no Orçamento do COMPROMISSÁRIO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.
- 4.3 Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Termo de Compromisso terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do COMPROMISSÁRIO.
- 4.4 A movimentação financeira, inclusive da contrapartida financeira, quando houver, deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada ao Termo de Compromisso.
- 4.5 A movimentação financeira, inclusive da contrapartida financeira, quanco houver, deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada ao Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

- 5 O COMPROMISSÁRIO e o INTERVENIENTE EXECUTOR, por meio deste Instrumento, manifestam sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da COMPROMITENTE para o inicio das obras e/ou serviços objeto do Termo de Compromisso.
- 5.1 A autorização mencionada acima ocorrera após a finalização do processo de anál se pós-contratual
- 5.2 Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização da COMPROMITENTE não serão objeto de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE DOS RECURSOS

- 6 A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso, após sua publicação no Diário Oficial da União e autorização para inicio das obras/serviços disposta na Cláusula Quinta, e ocorrerá em conformidade com a execução física e orçamentária da operação, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa.
- 6.1 O desbloqueio de recursos da União para pagamento de empresa gerenciadora do empreendimento, pactuado neste Termo de Compromisso, será proporcional ao percentual de execução física do objeto efetivamente alcançado.
- 6.2 A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita de acordo com o modelo de aferição por parcelas, excetuados os Termos de Compromisso cujo objeto contemple exclusivamente a elaboração de estudos, planos e projetos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

7 - As despesas com a execução do objeto do Termo de Compromisso correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos participes.



CAINA

- 7.1 As despesas da COMPROMITENTE correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Gestor, Unidade Gestora 175004, Gestão 00001, na Fonte de Recursos 100, com emissão de empenho pela Caixa Econômica Federal no seguinte programa:
- a) Programa de Trabalho 1751220681N08, <u>R\$ 2.500.000,00</u> (Dois milhões e quinhentos mil reais), 444042, Nota de Empenho (NE) nº 2014NE001214, emitida em 19 / 08 / 2014.
- 7.2 R\$ 47.500.000,00 (Quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais) a ser empenhado de acordo com determinação específica do Gestor, com incorporação ao Termo de Compromisso mediante Apostilamento.
- 7.3 A eficácia do Termo de Compromisso está condicionada à validade do empenho acima citado que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, este Termo de Compromisso fica automaticamente extinto.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

- 8 A execução financeira do Termo de Compromisso deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.
- 8.1 A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte, se for o caso.
- 8.2 Os recursos transferidos pela COMPROMITENTE não poderão ser utilizados para o pagamento de despesas relativas a periodo anterior ou posterior à vigência do Termo de Compromisso.
- 8.3 Os recursos transferidos pela COMPROMITENTE não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.
- 8,4 Os recursos transferidos pela COMPROMITENTE deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 1825, em conta bancária de nº 1825.006.006472014-1, em nome do COMPROMISSÁRIO, e conta bancária de nº 1825,006.00002014-9, Agencia nº 1825, em nome do INTERVENIENTE EXECUTOR quando necessária, vinculadas ao Termo de Compromisso.
- 8.4.1 Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em cade neta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, óu em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.
- 8.4.1.1 Fica a COMPROMITENTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Clausula.
- 8.4.2 As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão computadas a crédito do Termo de Compromisso, podendo ser aplicadas, dentro da vigência estabelecida, na consecução/ampliação de seu objeto e devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.
- 8.4.2.1 Na ocorrência de rendimentos negativos na aplicação financeira que comprometam a execução do objeto contratual, fica o COMPROMISSÁRIO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.
- 8.5 Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituidos à UNIÃO FEDERAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição.
- 8.5.1 Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:
- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contos parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.4.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado.
- 8.5.2 Na hipótese prevista no item 8.5.1, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta especifica, sem terem sido desbloqueados em favor do COMPROMISSÁRIO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 8.4.1, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao més, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.



CALXA

- 8.5.3 Na hipótese prevista no item 8.5.1, alinea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 8.4.1, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.
- 8.5.4 Na hipótese prevista no item 8.5.1, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 8.4.1, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.
- 8.5.4.1 Para aplicação dos itens 8.5.3 e 8.5.4, a funcionalidade da parte executada será verificada pela COMPROMITENTE.
- 8.5.5 Na hipótese prevista no item 8.5.1, alinea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC. acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tescuro Nacional.
- 8.5.5.1 Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do COMPROMISSÁRIO, estes serão imediatamente devolvidos pela COMPROMITENTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. A pos esse periodo instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.
- 8.6 Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o COMPROMISSÁRIO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem e tregues à COMPROMITENTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência do Termo de Compromisso, quando da finalização do objeto pactuado ou extinção do Termo de Compromisso, serão de propriedade do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS

- 10 É o Gestor do Programa a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à COMPROMITENTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Termo de Compromisso.
- 10.1 Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas in loco com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Termo de Compromisso, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.
- 10.2 É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da COMPROMITENTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Termo de Compromisso, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

- 11 Obriga-se o COMPROMISSÁRIO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta especifica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da COMPROMITENTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Termo de Compromisso e a especificação da despesa.
- 11.1 As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do INTERVENIENTE EXECUTOR, devidamente identificados com o número do Termo de Compromisso, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas pela COMPROMITENTE.
- 11.1.1 A COMPROMITENTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.



CAIXA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 12 Para fins de prestação de contas parcial deverão ser apresentados à CAIXA, no mínimo, relação de pagamentos efetuados com os comproventes de despesas originais ou equivalentes (notas fiscais, recibos de pagamento ou outro documento comprobatório com valor contábil), extrato bancário da conta vinculada e Relatório Resumo do Empreendimento, inclusive os relacionados ao Trabalho Social, quando houver, sendo que o cumprimento de obrigações tributárias e previdenciárias incidentes sobre a emissão dos comproventes fiscais são de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO.
- 12.1 O prazo para a apresentação das prestações de contas parciais deverá ocorrer em até 60 (sessenta) días, contado da data do penúltimo desbloqueio de recursos.
- 12.2 Os percentuais mínimos de prestação de contas parciais estão atrelados à sistemática de desbloqueio de recursos disposta na Cláusula Sexta, item 6.2.
- 12.3 A Prestação de Contas referente ao total dos recursos de que trata a Clausula Cuarta, deverá ser apresentada à COMPROMITENTE até 60 dias após o término da vigência contratual.
- 12.4 O COMPROMISSÁRIO deve apresentar à CAIXA na documentação de prestação de contas, quando houver retenção de tributos nos documentos fiscais apresentados, os comprovantes de recolhimentos dos tributos dos órgãos fazendários pertinentes.
- 12.5 O COMPROMISSÁRIO deve apresentar a matricula de obra no Cadastro Específico do INSS (CEI) e a respectiva Certidão Negativa de Débitos (CND), relativa à regularidade das contribuições previdenciárias da empresa contratada para executar a obra, nos empreendimentos em que o recolhimento das contribuições para a seguridade social for exigível.
- 12.6 Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas final a que se refere o caput desta Cláusula, o COMPROMISSÁRIO será notificado para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências para sanar a irregularidade, ou cumprir a obrigação.
- 12.6.1 Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou cumprida a obrigação, a COMPROMITENTE encaminhará denúncia ao Tribunal de Contas da União.
- 12.7 Cabe ao chefe do poder executivo sucessor prestar contas dos recursos provenientes de Termos de Compromisso firmados pelos seus antecessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

13 - Correrão às expensas do COMPROMISSÁRIO os valores relativos às despesas extraordinárias incorridas pela COMPROMITENTE decorrentes de reanálise, por solicitação do COMPROMISSÁRIO ou do INTERVENIENTE EXECUTOR, de enquadramento de Termo de Compromisso e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver, das despesas resultantes de vistoria de etapas de obras não previstas originalmente, bem como de publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do COMPROMISSÁRIO ou do INTERVENIENTE EXECUTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA

- 14 Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do COMPROMISSÁRIO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872/86.
- 14.1 É livre o acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado a COMPROMITENTE, a qualquer tempo, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

- 15 É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo forrecido pela COMPROMITENTE, durante o período de duração da obra, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.
- 15.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação da COMPROMITENTE, do Gesor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.



CAIXA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16 - A vigência do Termo de Compromisso iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 03 de Outubr de 2017, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da COMPROMITENTE, quando d ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- 17 O Termo de Compromisso poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficand esses responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefício adquiridos no mesmo período.
- 17.1 Constitui motivo para rescisão do Termo de Compromisso o descumprimento de qualquer das Cláusula pactuadas, particularmente quando constatada pela COMPROMITENTE a utilização dos recursos em desacordo componistante no Plano de Trabalho e nos Projetos Técnicos.
- 17.2 A rescisão do Termo de Compromisso, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituidos. União Federal, ensejará denúncia ao Tribunal de Contas da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

- 18 A alteração do Termo de Compromisso, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocad pelo COMPROMISSÁRIO, ou pelo INTERVENIENTE EXECUTOR, mediante apresentação das respectiva justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para su implementação, a concordância da COMPROMITENTE.
- 18.1 A alteração do prazo de vigência do Termo de Compromisso, em decorrência de atraso na liberação dos recurso por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida por meio de Termo Aditivo, limitada ao período do atraso verificado.
- 18.2 A alteração contratual referente aos valores do Termo de Compromisso se á feita por meio de Termo Aditivo vedada, entretanto, a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência ao COMPROMISSÁRIO, tratados na Cláusula Quarta.
- 18.3 É vedada a alteração do objeto previsto no Termo de Compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

- 19 Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste Termo de Compromisso deverão se apresentados em original ou em cópia autenticada.
- 19.1 As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax.
- 19.2 As correspondências dirigidas ao COMPROMISSÁRIO deverão ser entregues no seguinte endereço: <u>Centre</u> Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilela, s/nº Vilhena/RO.
- 19.3 As correspondências dirigidas ao INTERVENIENTE EXECUTOR deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Ricardo Kollet Condomino Flamboiant Casa 1 Vilhena/RO.
- 19.4 As correspondências dirigidas à COMPROMITENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional: de Rondônia, Av. Carlos Gomes, nº 660 3º andar- bairro Caiari Porto Velho/RO.



CLAUSULA VIGÉSIMA - DO FORO



20 - Para dirimir os conflitos decorrentes do Termo de Compromisso fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Porto Velho	, 03 de Outubro	de 2014
Local/Data		
Correr ()		
Assinatura do COMPROMITENTE Nome: WILSON ALVES DE SOUZA FILHO CPF: 099.888.822-20	Assinatura do COMPROMISSA Nome: JOSÉ LUIZ ROVER CPF: 591.002.149-49	RÍO
Assinatura do INTERVENIENTE EXECUTOR Nome: JOSAFÁ LOPES BEZERRA		
CPF: 606.846.234-04		
Testemunhas		+>
Do sallion		
Nome SUELTSANTANA MAGALHAES CRF. 507/779.209-72	Nome: GILBERTO MAGALHĀE CPF: 518.478.847-68	S OCCHI
	the state of the s	
)		
W. A.	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	





ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção

Nº 195, quinta-feira, 9 de outribro de 2014

0141263-10/2019	1.00	Jacobson .	AR Cook, 25 12 179.34	T. Addiso, 05/10/2014
0376574-78/2011	SETUR	Dancel PR	AT: Vis. 2204-2013	L. Advance option to be
0348899-16/2010	DIAS	Carpoin 78	A3. Vic 131/05/2015	T. Adiese 2909/2014
0335601-56/2010	MTUR	Nors Februath	AL VIL 9143/2015	T. Admiro 29/09/2014
0347261-93/2010	ME	Handerpasse/PR	AR Vic. 01/12/2014	T. Advive: 2259/2714
1A352A2013	MCIDADES	Apicarene/92	AS COME RS 352 845,48	T. Adig-or 071-9-2014
0336063-45/2010	ME	Hyarpers/PR	AB, Cong. RJ 69 823,93	T. Addition 07/10/2014
788562/2013	MAPA	Reindur?	Alt. Cover. R5 26 560,00	T. Applied 01/15/2014
277411C012	MILK	Sandaframes/PN	AK Cong. R1 (4 106 79	T. Admin 0: 70/09/7014

0529409-34/2010	MTCX	Santa Ceptite 1 Parasi TR	Att. Copy., 25 7 7(4),00	T. Adamy, 2659-2014
9305:425-63/2012	MATA	Serial Sarrano 45	All Cong. 31 91 500.60	T Adjew (Gostfeld
795034-2015	MAPA	Asserted and	All Cont. 85.9 112.00	T. Address 575 (5/2014)
0450460-187752b1-2012	FRAS	Textocita MC	Ab Mr. 1080 2015	T. A \$5000 300000000
0359 863-33-2017	Maria	Centil 25	TAIL Comp. R\$ 30,950,90	T Address STribers
1000.654-572012	MILE	Careia/RS	All Chote! X3 Sto S4: Six	1. Adina 93 1920 9
1000,726-65/2012	MITEK	Cereiuxs	Air. Cour. 95 330 221 95	T. Addissa 3510/2614
0358.750-77/2012	MCIDALES	Capelotes	A3 Close #3	T Aubis 03 (070)4

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO ARACAJÚ - SE

EXTRATOS DE CONTRATOS

MCIDADESAMINICERIO DE PEDRA MOLESE. CNP.
13 100.482/0001-01: CTR 8081-65/1015516-87/2014AMNISTERIO
DAS CIDADESCAIXA. Objeto Reforms da Perca John Linca de
Santans ins sode e das priças dos povosdosi: Gravia, Manitino e
Tasado, Programa MCIDPLANEL URB - INTRAEST E REQUALIF
ESPACOS DE USO PIBEL, Valor. 82-246.150.00; dos recursosa RS
245/850,00; correcto à copita da Unitó no exercicio de 2014. UG
175014, Cestá 0001; Programa de Trabalho 1545/12054/ID73 1899,
NE 2014N/6802081; de 07/07/2014 e RS 300,00 a contra de contrapartica, Vigêona 31/11/2018 - Deta e Assinativas: 2409/2014
ANACLETO GROSBELLI, JOAO JOSE DE CARVALHO NETO.

MCIDADES/MUNICIPIO DE PEDRA MOLE-SE: CNPJ 13 106-482/0001-01; CTR 9/39/22/1017/80-38/2014/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, Objeto Pavimentacio de mas no Municipio de Pedra Mole-SE: Frograma PLANELAMENTO URBANO, Violo-R3 246,100,00; dos recursos: 83-245/80,00; correño à corta da Unido no exercicio de 2014, UG 17504, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545/2034/D73 0028, NE 2014/NE801035, de 05/80/2014 e 85-250,00 a conta de contraparida. Vigência 31/17/2018 - Data de Assissatura: 24/90/2014, ANACLETO GROSBELLI, JOAO 105E DE CARVALHO NETO.

DE CARVALHO NETO.

Termo de Compromisso nº 0424366-88/2014, firmado pelo ESTADO

DE SERGIFE, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDURBI, CNPJ: 13.128/798/0012-56, junto a
Unido Federal, por intermédio de MINISTERIO DAS CIDADES,
representado pela Caixa Econômica Federal, CNPJ (03.46).055/001-56,
/ Interveniente Escoulore COMPANHIA DE SAXEAMENTO DE
SERGIFE - DESO, CNPJ 13.018.171/6001-90, Objeto - Ampliacado sistema integrado de abasiccimento de agua da Adulora do Plautinga, Programa SAN DASICO-AP IMPL/AMPL/MELH SAA; VaJorga SA, SE, 14.821/00; Dos recturisas, RS 4.315-74.059, correcto a
conta da Unido no exercício de 2014, UG 125604, Gestão 0001,
Programa de Trabaño 17.12208/8/060020, NE 2014NED01155, de
11/07/2014 e 85 79.337.080/4) nos exercícios subsequentes. Vigência
30.1472016 - Data e Astinaturas: O7/10/2014, Anacleus Groubelli,
Carlos Fernandes de Meio Neto e Antonio Sergio Ferrari Vargas.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BELÊM - PA

EXTRATO DE RESCISÃO

Rescusão do Termo de Compromisso nº 345.282-05 (2010), CALXA/ (MCIDADES), Ipixuma do Pará / PA, data 07 / 10 / 2014.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BELO HORIZONTE : MG

EXTRATO DE RESCISÃO

Rescisão do Contrato de Repasse nº 03/0703-15/2011 Contratante CAIXA/ MMA. Contratado Município de Sabara/ MG, data 30/12/2011, por determinação de Gestor do Programa.

RETIFICAÇÃO

No Cometo de Repasse nº 0.364,016 79/2011, Conretante CAL-XAMCIDADES Contratado Município de BeturaNG, publicado no DOU de 06/10/2014, secão 3, pagna 115, onde a le Alterado de contraparida: RS 632.394.76, knie se Alterado de contraparida: RS 634.146,61.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO FEIRA DE SANTANA - BA

RETIFICAÇÃO

No. Contrain de Repasse n° 0311416-91/2009 Contratante CAIXAMDA. Contratado Município de Serninha/9A, publicado no DOU de 18/08/2014, secto 3, página 75, onde se lê: Ali. Vig. 05/09/2015, tea-sec Ali. Vig. 30/12/2014

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO GOIÂNIA - GO

AVISO DE ANULAÇÃO

Toma sem efetto a publicação referente ao entrato do receisão do Con-trato de Repusso ef 03:0961-07:000 Communio CADAAMTUR. Commando Ministejan de Nova Nerson, data 22/12/2009 e do Contrato de Respusso ef 03/13/22-9/03/05 Communio CADAAMTUR. Contratado Municipio de Nova Venora, data 17/12/2010, publicadas no DOU nº 190, de 02/10/2014, pag. 108

MARISE FERNANDES DE ARAUJO

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO ITABUNA - BA EXTRATOS DE CONTRATOS

MAPAPM de SANTA LUZIA, CNPJ 13 269-634-0001-96; CR 8046962014* MAPA/CAIXA- Objeto: Adequação de estradas vicinais na zona rural do município de Santa Luzia, Programa: APOIO AO DESENVOLVIÁNENTO DO SETOR AGROPECUARIO; Valer RS 993-000,00; dos recursos: RS 975-000,00; contretão de 2014. UCI 35093. Gestão 00001, Programa de União no exercício de 2014. UCI 35093. Gestão 00001, Programa de Trabalho 206082014/207V0029 NE 800170, de 10/06/2014, e RS 20.000,00 al contre de contrapartida. Vigência 31/06/2014. Data o Astinaturas: 07/10/2014 Martin Vinicias dos Santos Nascimento e Antônio, Guilherme dos Santos.

MCIDADES/PM de SANTA LUZIA. CNP. 13.266.634.0001-96. CR S03777/2014* MCIDADES/CAIXA, Objeto: Execução de 6.500 ra? Rues com payimentação em payalelepápedos em diversos ruas do batero novo (Sames Santana) na urbasa periferia do município de Santa Luzia, Programa: PEANEJAMENTO URBANO, Valor: RS 521.392.06, dos recentos RS 789.890.00, cionerão à conte da Utilió no exercicio de 2014, UG 17500a; Gestão 60001. Programa de Trabalho 1545/2054/1074078 NE 800959, de 07/10/2014, e KS 11.592.00 a conte de contrapartida. Vigência 31.08/2015 - Data e Assinatura: 07/10/2014 Marcia. Vinicios dos Santos Nascingino e Antônio Guilherme dos Santos.

Antenio Galletini del Salaca.

MCIDADES PM de SANTA LUZIA. CNPJ 13 269 634 6001-96. CR.

S997327014* MCIDADES CAIXA. Objecti. Execução das obras de
pavimentação com 4520 m² em paralelepípedos em diversas nata 40

Distrito de Bestina Zona Utoma de Municipio de Santa Luzia Báña.

Programa: PLANEJAMENTO URBANO. Valori RS 558 5-000° dos

secursos. RS 344 7500. corretão a conti de Usalão no exercívio de

2014. UC 17504. Gestão 00001, Programa de Tribadho

15512054 (1971002) NR 502543. de 0710/2014, e 83 13 13-00. de

20170/2014 Mareus Visiciona dos Santos Avecipento e Anteño Cos
berme dos Santos.

GYNADES DEM de SANTA LUZIA. CND 13 280 Ala 0001-96. CR.

MCIDADES PM de SANTA LUZIA, CNPJ 13.289 634.0001-9e; CR 839730/2014 MCIDADES CAIXA, Objeto. Execução de 1650 m de Demagem pluvais profunda com redo de manifina em concreto antuado de 660 a 300 mm em cioceras más cob baixo movo (Garnat Servina) perifera urban do município de Santa Luzia Balvia. Programa PLANEJAMENTO URBANO, Valor. IX 255.57-00,0 Gorgens Servina) RX 255.740,00, correrto à contra da Umão no exercício de 2014. UG 175004. Gesão 50001. Programa de Tribadia 1545-1205-1205-1207-0029. NE 802540, de 07/10/2014. e RS 10.230,00 a conta de contrapartida Vigência 310/8/2014 Servina e Antonio Guilherme dos Santos.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO JUAZEIRO DO NORTE - CE

EXTRATOS DE CONTRATOS

MCTURICUATUCE: CNPI 07810-468-0001-06; CTR 808172/2014/Ministeno del Tarismo CALVA PT 10170-497; Objeto: 7 Espa de Construção de Centro de Contentides no Município de Eguma CEI, Programa: Ação Prodestar, Valor. RS. 2-930-80, 72; Dos recursos R. 2. 200-80, 200-80

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO MACEJO - AL

EXTRATOS DE CONTRATOS

MCIDADES / MUNICIPIO DE MACRIÓ - AL. CNPI 12200 1350001-80; CTR 807389/2014/MINISTERIO DAS CIDA-DES/CAIXA; Objeto; Payimentacas e Drenagon na Parte Alla da

Cidade de Maccio. ; Programa MCID PLANEI LIRDANO : PAVI-MENTAÇÃO: valor RS 800,000,00; dos requesos RS 78º 800,00 cerretar a contr da Unido no estreticho de 2014, UG 175004. Gerala 0001. Programa de Trabalho 15:45 (2054)1073 0021. ND: 2014NE802002 de 03 07/2014 = RS 10/200,00 a contra de contra-putida, Vigêncii: 22/09/2018 - Data e Assimaturas 22/09/2014 HER-BERT BUENON AIRES DE CARVALHO e RUI SOARES PAI-MEIRA.

MTHRIMUNIC PRI DE MACEIO - AL CNPI 12:28:135:000 - 80. CTR. 809914C 14 MINISTERU DO TURISMOGAIXA, Obero. APOIO A PE DIETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA - OCONSTRUCA. DE PORTAIS E SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO DE MACEIO; Programa MTUR INFRAESTRUTURA TURISTICA; violor. 85. 500.000,00°, oos recurso; RS 499.500, correcto à conta de Unito no exercicio de 2014, UG 540007. Gratia 0001. Programa de Trabalho 2109520761090 - 0001. PROgrama de Trabalho 2109520761090 - 0001. PROgrama de Contrapatida. Vigencia: 220°-7018. - Data co Assensiones 2100°-7014. HIR DIERT BUTNOS ATRIS DE CARVALHO e RUI SOARES PALMEIRA.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO MONTES CLAROS - MG

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato(s) de Combuto(s) de Repuese celebrado(s) embre s União Federal, por meio decis) Gestior(es) abaixo identificado(s) pelo Caiva Econômica Federal, CNPJ 00.360, 30.50/001-D4 cois) seguinte(s) contratado(s).

MAPA MINICATIO DE SANTA-MARIA DO SALTO - MO, CNPJ 18.347-419/0001-80; CR 809373/2014 / MINISTERIO DA AGRICULTURA, FI CUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA. Objeto Aquisição de portula mecanizada: Programa MAPA FOMENTI AO SETOR AGRIPO E UARIO - SOMENTE AO USICAO: Valor RS 131.650,00; dos recursos; RS 131.518,75, concrêta a contra de União no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, Gestão 9001, Programa de Timbão no exercício de 2014, UGI 315098, GESTÃO DE 2014 DE 2015 DE 201

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO NATAL - RN

EXTRATOS DE RESCISÃO

Rescisão do Contrato de Repasse nº 033171422/2010 Contratante CAIXA/ MCTI ADES, Contratado Municipio de Río Bornio / RJ, deta 23.09/2014

Rescisão do Contrato de Repasse nº 032412653/2010 Contratante CAIXA/ MTUS, Contratado Municipio de Río Bonito / RJ, data

GERENCIA EXECUTIVA GOVERNO PORTO VELHO - RO

EXTRATOS DE COMPROMISSOS

Espécie - Tentin de Compromisso nº 424.365-74, firmado pelo Municipio de Vinena/RO, CNPJ 04.092-706.0001-81) junto à Unité Federal, par internédio do MCIDADES, representada prá Cesta Federian, CNPJ 09.050-305-0001-04, Service Autômotto de Agua e Espote - SAAE: CNPJ 01.931-030-0001-12. Objeto Implantação do SAA no Manícipio de Vilhera; Programa SANEA/MINOS OB ASICO, Valor P. 3-34.00-3816, 09, dos incurios; RS 1710-040-59 converso à como de Unido no espécies de 2014. UN 175004, CSC 00001, Programa de Teabalho 17512206810SC. NE: 601212, de 19/03/2014, e RS 32-870-775-21 nos exercícios subsequentes Vilgenia 03/10-17- Dura e rAssimantes. 03/10/2014. Wilson Alves de Souza Filho e fost- Lutz Rover.

Espécie - Terri o de Compromisso nº 424.548-73, firmado pelo Municipio de VincencRO, CNPI 04.092.706/0001-81, junto à Unido Federal, pot internedio de McDADES, representata pela Cata Econômica Federal, pola 10.308-0001-93, Serviço Autónomo de Agra de Esgota - SAAE: CNPI 01.933.030-0001-13. Objeto Implantação do SES no Minicipio de Vilhera, Programa ESANEA-MINIO BASICO, Valor 13.50,000.000,000 dos recursos RS 2.500.000.000 convertos e corta de Unido no exercítico de 2014. UE 0.175004, Cesto compreso corta de Unido no exercítico de 2014. UE 0.175004, Cesto 0.000.000, Programa de Trabalho 175122008/N08, NE 081214, de 19008/2014, RS 47.500.000,000 nos exercíticos subsequentes. Vigencia 037.002-17 - Data e Astinaturas 03.10/2014. Wilson Alexa de Seuzz Filho e los Luiz Royer.

Este documento pode ser verificado no endereço elepánico http://www.in.g pelo codigo 00032014100900088

nonto assinado digitalmente : onfurme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Publicas Brasileira - ICP-farant.